



UPUAHU IWI I PE – SONHAR O CHÃO COM OS PÉS NO CHÃO

***UPUAHU IWI I PE – DREAMING THE GROUND WITH YOUR FEET ON THE
GROUND***

UPUAHU IWI I PE – SOÑAR LA TIERRA CON LOS PIES EN LA TIERRA

Ruth Silva Torralba Ribeiro

Ruth Silva Torralba Ribeiro

Artista da dança. Professora dos cursos de graduação em dança e do programa de pós-graduação em dança da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do núcleo de pesquisa, estudos e encontros em dança (onucleo) – UFRJ. Apoiadora da Universidade Indígena Pluriétnica e Multicultural Aldeia Maraka'nà, Rio de Janeiro.

Resumo

Esta escrita narra uma experiência em um ritual ancestral do povo Guajajara, o *Wira'o haw*, na aldeia urbana *Maraka'nà*, localizada no Rio de Janeiro, que resiste ao genocídio, epistemicídio, ecocídio e racismo estruturados desde a invasão colonial. O *Wira'o haw* celebra a primeira menstruação da menina, *kuzà tein*, e o rito de passagem para a vida adulta. Momento em que as *zari*, as mulheres mais velhas, transmitem-lhes ensinamentos e cuidados ancestrais com o corpo-território. Partilhar essa experiência numa revista acadêmica, sobretudo, no momento histórico em que vivemos, de criação do Ministério dos Povos Indígenas, coordenado por uma mulher Guajajara, é partilhar um ritual de reparação, reflorestamento e retomada de nossas histórias soterradas.

Palavras-chave: ancestralidade; corpo-território; mulheres indígenas; cuidado.

Abstract

This writing narrates an experience in an ancestral ritual of the Guajajara people, the *Wira'o haw*, in the urban village *Maraka'nà*, in Rio de Janeiro, which resists genocide, epistemicide, ecocide, and racism structured since the colonial invasion. The *Wira'o haw* celebrates a girl's first menstruation, *kuzà tein*, and the passage into adulthood. Moment when the *zari*, the older women, transmit teachings and ancestral care for the body-territory to them. Sharing this experience in an academic journal, especially, at the historic moment we are living in, of the creation of the Ministry of Indigenous Peoples, coordinated by a Guajajara woman, is share a ritual of reparation, reforestation and recovery of our buried histories.

Keywords: ancestry; body-territory; indigenous women; care.

Resumen

Este escrito cuenta la experiencia en un ritual ancestral del pueblo Guajajara, el *Wira'o haw*, en la aldea *Aldeia Maraka'nà* ubicada en un contexto urbano en Río de Janeiro, un territorio indígena que resiste el genocidio, el epistemicidio, el ecocidio y el racismo de siglos de invasión colonial. *Wira'o haw* celebra la primera menstruación de una niña, *kuzà tein*, y su paso a la edad adulta. Un momento en que las *zari*, las mujeres mayores, le transmiten enseñanzas y cuidados ancestrales por el cuerpo-territorio. Compartir esta experiencia en una revista académica, especialmente en el momento histórico que vivimos de la creación del Ministerio de los Pueblos Indígenas, coordinado por una mujer Guajajara,

es realizar un ritual de reparación, reforestación y recuperación de nuestras historias silenciadas.

Palabras clave: ancestralidad; cuerpo-territorio; mujeres indígenas; cuidado.

Terra de Iwirapytanga

Ay kakyri tama
[eu moro na cidade]

Ay kakyri tama
Ynu tama verano y tana rytama
Ruaia manuta tana cultura ymimia
Sany may-tini, iapã iapuraxi tanu ritual

[Eu moro na cidade
Esta cidade também é nossa aldeia
Não apagamos nossa cultura ancestral
[...]

Nasci na uka sagrada
Na mata por tempos vivi
Na terra dos povos indígenas
Sou Wayna, filha de Aracy

Minha casa era feita de palha
Simples, na aldeia cresci
Na lembrança que trago agora
De um lugar que nunca esqueci

Meu canto era bem diferente
Cantava na língua Tupi
Hoje, meu canto guerreiro
Se une aos Kambeba,
Aos Tembê, aos Guarani

Hoje no mundo em que vivo
Minha selva em pedra virou
Não tenho a calma de outrora
Minha rotina também mudou
Em convívio com a sociedade,
Minha cara de “índia” não se transformou
Posso ser quem tu és
Sem perder quem eu sou

Mantenho meu ser indígena
Na minha identidade
Falando da importância do meu povo
Mesmo vivendo na cidade.

Márcia Kambeba (2018, p. 24-25).

Enquanto tecia esta escrita, alguns eventos marcaram o início de um processo de reparação histórica com relação aos povos indígenas. No dia 11 de janeiro de 2023, houve a posse da liderança indígena Sônia Guajajara no recém-criado Ministério dos Povos Indígenas. Dias depois, Joenia Wapichana foi nomeada a primeira indígena a assumir a direção da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), projetando um clima de grande esperança e expectativa após quatro anos de retrocessos de políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Logo, nunca antes na história do Brasil, havia sido praticado um movimento de reparação como o que está em curso, apesar dos mais de 500 anos de genocídio, ecocídio e etnocídio em terras de *Iwirapytanga*, ou de pau brasil, ou de árvore vermelha. Por outro lado, no dia 20 de janeiro, a Portaria GM/MS Nº 28 declarou “Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) em decorrência da desassistência à população Yanomami” (BRASIL, 2023). Escancarou-se a perversão do garimpo em terras Yanomami e a manutenção do sistema capitalista, que devora a carne do planeta.

Em razão disso, esta escrita vem saudar a ancestralidade dos guerreiros originários, que nos ensinam que a terra é a nossa grande mãe e que a luta indígena é a mãe de todas as lutas. Escrevo com os pés descalços e sinto a pele da terra. Embaixo do chão em que estou, corre o rio carioca, ou *Karyoka*, do povo *Karyò* ou *Carijó*, que aqui viviam antes dos colonizadores chegarem. Escrevo, portanto, conversando com a pele do rio que vive e resiste apesar do soterramento.

Logo, faço-lhe um convite, entre comigo na mata. Respire profundamente. Feche os olhos por alguns instantes e sinta o abraçar da floresta. Peça licença para percorrer esta escrita cuja cadência toca territórios ancestrais sagrados, que resistem por séculos a fio à invasão da cruz e da espada.

Estudiosos da questão indígena no Brasil costumam dizer que o Brasil foi invadido pela cruz e pela espada: a espada simbolizando as armas bélicas dos europeus, para quem não era problema exterminar fisicamente as populações indígenas que os atrapalhassem em sua busca desenfreada por riquezas; e a cruz, simbolizando a evangelização praticada por representantes da igreja católica [...] que tentava “amansá-los” através da imposição

do cristianismo contribuindo fortemente para seu genocídio cultural e físico. (VIEZZER; GRONDIN, 2021, p 122)

Esta escrita nasce do desejo de partilhar a experiência em um ritual milenar do povo Guajajara, o *Wira'ohaw*, festa das meninas, ou festa do moqueado, na aldeia urbana *Maraka'nà*, no Rio de Janeiro, um território ancestral que resiste ao genocídio e ao racismo de séculos de invasão colonial.

Desde 2017, tenho me aproximado da Aldeia *Maraka'nà* com o onucleo¹ (Núcleo de Pesquisa, Estudos e Encontros em Dança) dos cursos de graduação em dança e do programa de pós-graduação em dança da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), promovendo o que Ailton Krenak (2022) chama de “alianças afetivas”.

[...] fui experimentar a dança das alianças afetivas, que envolve a mim e a uma constelação de pessoas e seres na qual eu desapareço: não preciso ser mais uma entidade política, posso ser só uma pessoa dentro de um fluxo capaz de produzir afetos e sentidos. Só assim é possível conjugar o *mundizar*, esse verbo que expressa a potência de experimentar outros mundos, que se abre para outras cosmovisões e consegue imaginar pluriversos. (KRENAK, 2022, p 82-83)

Nessas construções de alianças afetivas com a *Teko Haw Maraka'nà*, venho aprendendo a sonhar o chão com os pés no chão (*upuahu iwi i pe*) para pensar em uma universidade indígena pluriversal.

A experiência de participar desse ritual sagrado para o povo Guajajara, maioria étnica na *Maraka'nà*, foi muito importante para o processo de formação de docentes e discentes do onucleo. Haja vista que ainda temos uma história da dança no Brasil baseada em ícones europeus e num sistema de ensino, em todas as esferas, que ainda reproduz pensamentos eurocêntricos, preconceituosos e racistas. Sendo assim, mesmo passado por uma década de implementação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, também conhecida por Lei de Cotas, carecemos de pensamentos e políticas públicas que englobem as práticas plurais dos povos originários nos processos de formação político-culturais.

¹ onucleo, coordenado pela professora Lidia Lorangeira e por mim, é um coletivo de pesquisadoras artistas da dança, que, desde 2020, tem criado alianças afetivas e promovido encontro de saberes com a *Teko Haw Maraka'nà*.

Se, nos primórdios da colonização, a tática da espada e da cruz provocou o genocídio de milhares de povos originários, hoje as táticas são muito mais sutis, todavia violentas, porque foram capilarizadas no tecido social.

Hoje a sociedade branca goza de armas muito mais poderosas para difundir e impor sua cultura, particularmente os meios de comunicação de massa como o rádio, a televisão e a comunicação eletrônica que, em suas versões oficiais, transmitem prioritariamente os valores próprios da civilização “branca” e da língua portuguesa. Há que se lembrar também do papel da escola que, via de regra, não tem uma cultura pró-indígena. (VIEZZER; GRONDIN, 2021, p. 153)

Sabemos que essas tecnologias de massa atualmente têm sido retomadas, especialmente pelas jovens lideranças indígenas, e utilizadas como flechas de ancestralidade e afirmação da cultura. Ainda assim, importa denunciar o racismo e o preconceito incrustados no imaginário social, que não admitem a existência de indígenas em contextos urbanos, reproduzindo um ideal romantizado de indígena, caracterizado por determinado fenótipo e nu numa floresta selvagem e virgem. Selvagem que precisa ser convertido em civilizado para ser considerado humano. Virgem que precisa ser explorada por esse ideal civilizatório, ambos termos pertencentes à semântica da colonização, a qual legitimaria o projeto europeu de espoliação.

Esse mito nega a violência que o garimpo, a mineração, a agropecuária e outros setores do dito desenvolvimento impõem às populações indígenas e aos outros povos da floresta, que muitas vezes precisam migrar para os centros urbanos. Por outro lado, legitima a violação dos corpos-territórios. Conforme nos lembra Eliane Potiguara (2018), a imposição de cultura é também uma forma de racismo. A colonização se impôs por meio de dois procedimentos: a invasão e a conversão em um sistema de crenças. Essa violação se fez nos corpos das mulheres originárias, caçadas no laço, pegas no mato, escravizadas, estupradas, expropriadas, e em milhares de corpos selvagens assassinados, como ainda hoje acontece. Essa ferida aberta nos mostra que o caminho da cura se faz com ajuda do cuidado com as mulheres, guardiãs da ancestralidade e da cultura originária.

[...] a libertação do povo indígena passa radicalmente pela cultura, pela espiritualidade e pela cosmovisão das mulheres. O papel da mulher na luta pela identidade é natural, espontâneo e indispensável. [...]

Com relação à cultura indígena, a mulher é uma fonte de energias, é intuição [...] uma mulher intuitiva em evolução com a sociedade e para como o bem-estar do planeta Terra. Essa mulher não está condicionada psicológica e historicamente a transmitir o espírito da competição e dominação segundo os moldes da sociedade contemporânea. O poder dela é outro. Seu poder é o conhecimento através dos séculos e que está reprimido pela história. (POTIGUARA, 2018, p. 46)

Geni Nuñez Guarani (2021) sublinha como a farsa colonial não apenas incide sobre o espaço geográfico, mas também sobre o corpo-território, a subjetividade e as relações que estabelecemos conosco, com os outros e, sobretudo, com as outras formas de existência. A expropriação colonial não finda na exploração dos corpos racializados, incidindo numa relação extrativista com a terra, como também com a subjetividade. Geni denomina de monocultura do pensamento essa imposição de modelos universais e excludentes regulados pela lógica do capital e nos convoca a reflorestar nossos corpos e nossos imaginários.

Neste texto, tento traçar as marcas e memórias afetivas da experiência de participar de um ritual sagrado Guajajara, que celebra o rito de passagem de menina para mulher no meu corpo-território em processo de retomada de ancestralidade indígena maranhense. Corpo que venho reflorestando com jenipapo, urucum e maracás, na força e conexão com minhas ancestrais e com os ensinamentos do povo Guajajara da Aldeia *Maraka'nà*, que resiste diariamente ao asfalto quente, à falta d'água, ao sacolejo da polícia, à violência do torcedor. Território em que dorme o rio Maracanã, que protege os sonhos da aldeia. Entendo a realização desse ritual tal qual uma experiência de resistência e reflorestamento que cura e cuida das feridas de nosso chão regado pelo sangue de nossos ancestrais.

Teko haw Maraka'nà

A Aldeia Maracanã ou Aldeia *Maraka'nà*, em tupi-guarani, é uma aldeia em contexto urbano, localizada na antiga sede do Museu do Índio, no bairro do Maracanã, Rio de Janeiro, e fica ao lado do Estádio de Futebol Jornalista Mário Filho, mais conhecido como Maracanã. *Maraka'nà*, do tupi, vem do nome de uma ave da família do papagaio, que significa papagaio pequeno, ou maritaca. Essas aves ainda vivem e resistem nas escassas árvores da região.

A aldeia é um pedaço de floresta que resiste, um território sagrado que promove encontros entre diversos povos do Brasil e de outros países. Além disso, é espaço de abrigo para indígenas que escapam da violência de seus territórios ou que estão de passagem pela cidade. A palavra resistência na aldeia se escreve com a letra x – *resistência* – para marcar a dimensão existencial da luta pelo território que se tece também com ajuda de ações comunitárias e da troca de saberes e práticas com escolas, universidades e sociedade de modo geral. Assim, a aldeia *resiste*, reflorestando corpos e mentes, acendendo a fogueira da ancestralidade e da memória do território que tanto tentam apagar².

De acordo com Rafael Freitas Silva (2019), o território da Aldeia *Maraka'nà* era um território tupinambá denominado taba Jabebiracica – do tupi *yabebyra*, que significa arraia, e *asyka*, que significa cotó. Logo, *yabebyrasyka* era um tipo de arraia sem cauda bastante comum na região que também dava nome ao morubixaba, o cacique da taba³. Esse espaço, que compreendia uma área entre os atuais bairros do Rio Comprido, São Cristóvão, Maracanã e Tijuca, era, há mais de 500 anos, uma das mais importantes tabas da região da Guanabara, onde residiam povos originários

² Disponível em: <https://youtu.be/TSWMCvDz9ms>.

³ Taba era o nome que os originários que tiveram contato com os colonizadores davam ao que hoje denominamos terra indígena. Importante ressaltar que o nome aldeia, incorporado pela cultura indígena, é uma denominação e um modo de relação com o território imposta pelos colonizadores portugueses que criaram aldeamentos próximos às moradias dos colonos com o objetivo de que a população indígena se tornasse mão de obra escravizada e fosse evangelizada. As expedições de caça aos indígenas para impor o sistema de aldeamento eram chamadas de descimentos.

– Maracanãs, Tupinambás, entre outros – que não se subjugavam aos colonizadores. Era também um lugar de encontro por sua localização, servindo como centro de comunicação e de redes de trocas. Após as Batalhas de Uruçumirim e Paranapecu, em 1567, entre portugueses e temiminós contra tupinambás e franceses, ocorreu uma última em *Yabebyrasyka* que marcou o avanço da dominação temiminó e portuguesa no território indígena (Silva, 2019, p. 121).

No século XIX, com a vinda da família real para o Brasil, essa região foi escolhida para abrigar o Paço Imperial de São Cristóvão, conhecido por Quinta da Boa Vista, que serviu de residência para a família real e depois para a família imperial. Em 1862, o Duque de Saxe ganhou posse de um terreno próximo ao palácio imperial, ao se casar com a Princesa Leopoldina, e construiu um palacete que, em 1910, foi doado para o governo para sediar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão criado no mesmo ano pelo Marechal Rondon. Esse palacete abrigou o Museu do Índio entre 1953 e 1977, quando foi transferido para um prédio em Botafogo. A área ficou sem destino até que, em 2006, indígenas de diversos povos do Brasil retomaram o território.

No ano de 2012, o Governo do Estado do Rio de Janeiro comprou o prédio do Governo Federal e anunciou sua demolição para a construção de um estacionamento na área do museu para atender às demandas da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016. No ano de 2013, momento de grande tensão política, os indígenas da aldeia foram violentamente expulsos numa operação policial promovida pelo Governo do Estado. Num dos confrontos mais tensos, no dia 15 de dezembro, uma das lideranças, José Urutau Guajajara, fugindo do confronto, conseguiu chegar numa árvore, uma castanheira maranhense, e sobre os galhos da castanheira, *Urutau*, que significa a coruja, permaneceu por cerca de 48 horas resistindo. Esse ato tornou, posteriormente, Urutau cacique da Aldeia⁴.

Desde então, Urutau tem liderado com sua companheira Potira Krikati Guajajara as ações de resistência da *Teko haw Maraka'nà*. *Potyr*, flor, e *Urutau*, coruja, estão na luta pela defesa dos povos indígenas em contexto

⁴ Disponível em: <https://youtu.be/QGU2qA3pjz4>.

urbano há quase 30 anos. O primeiro espaço de resistência foi o Centro de Etnoconhecimento Sociocultural e Ambiental Cauré (Cesac), localizado no Complexo do Alemão, na Rua Maracá, bairro de Tomás Coelho. O espaço era um prédio abandonado pelo metrô Rio de Janeiro, em que, desde os anos 1990, conforme conta Potira, foram desenvolvidas “atividades de divulgação da cultura dos Povos Originários para povos indígenas e não indígenas, especialmente para as crianças do entorno” (PACHAMAMA, 2018, p. 99). *Cauré* ou *kayuré* (um tipo de coruja) é bisavó do Urutau e foi um importante *tuxaua* (cacique) Guajajara da região de Alto Alegre, Maranhão. A história dessas lideranças é pautada pela incansável luta pelo modo de ser indígena, seja na floresta, seja na cidade.

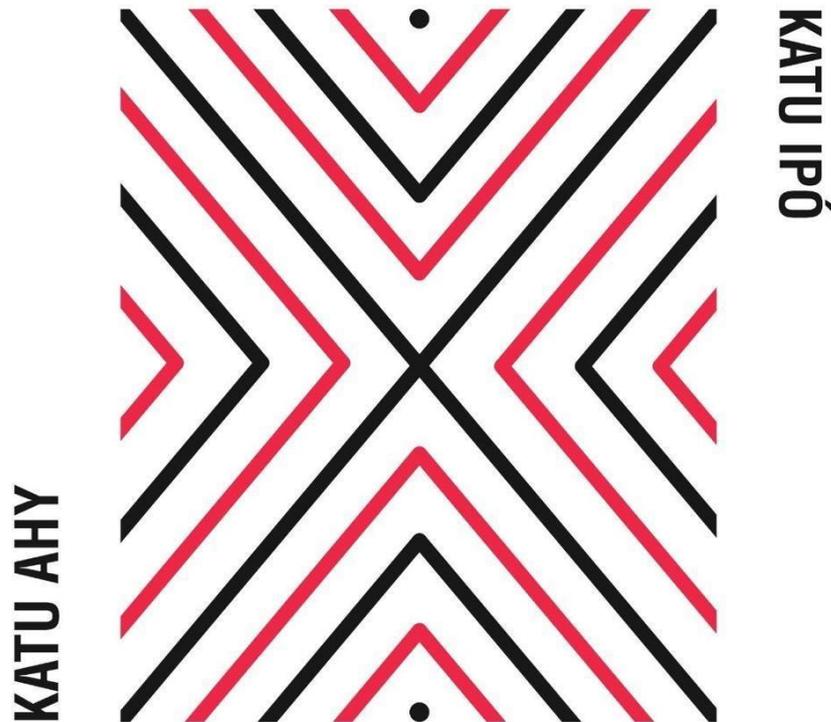
Em 2016, a aldeia foi novamente retomada com o projeto de criação de uma universidade indígena e de reflorestamento da área que foi asfaltada no período da operação do Estado do Rio de Janeiro. Uma das primeiras ações foi a retirada do asfalto e o posterior processo de reflorestamento.

Foi nesse momento que encontrei a Aldeia *Maraka'nà*, no ano de 2017. Tempo de retirar o asfalto e de escavar o concreto para fazer a terra respirar. Tempo de retomada física e espiritual. Nesse dia, ouvi do pajé Korubo, da etnia Korubo, que a universidade não entende os índios porque afasta ciência e espiritualidade.

O espaço vem desenvolvendo os programas da Universidade Indígena Multicultural e Pluriétnica Aldeia *Maraka'nà* com ajuda de diversas atividades abertas ao público como o ciclo sagrado de mulheres, as oficinas de cantos, línguas, grafismos, medicinas e artes indígenas, além dos mutirões, shows e atividades para escolas e universidades, entre outras como o abril indígena e o DEcolônia de férias. A universidade se consolida, sobretudo, na experiência de bem-viver na *Teko Haw*.

Bandeira da Universidade Indígena Aldeia *Maraka'nà*

ALDEIA MARAKA'NÀ REXISTE



Teko Haw em ze'egete, também conhecido por fala boa, língua do tronco tupi-guarani do povo Guajajara, significa bem-viver no território. O território para os povos indígenas não está separado do corpo, ou seja, somos corpo-território conforme nos lembrou a Primeira Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, no ano de 2019, “território, nosso corpo, nosso espírito”.

Com esse grito afrontamos esse sistema-mundo branco/racista/patriarcal/militar/capitalista: dizemos que passa pelos nossos corpos físicos-culturais e simbólicos a nossa existência nesse mundo. É pelos nossos corpos que se constituem nossos territórios. E nossos corpos nada são sem nosso espírito. (TAVARES, 2019, p 59)

O chão é vivo porque é o corpo da Terra. Estamos no colo desse grande ser que dança num infinito azul. Essa escrita é fruto do aprendizado

do bem-viver⁵ no território sagrado da *Teko Haw Maraka'nà* com esses guardiões da ancestralidade.

Ouvir os sonhos do chão

O grande guardião dos ensinamentos ancestrais, Ailton Krenak (2019), nos diz que os “paraquedas para adiar o fim do mundo”, vêm dos sonhos. Os sonhos abrem visões e nos conectam com a pluriversidade da vida. A aldeia é um grande sonho coletivo que reexiste cotidianamente à necropolítica de Estado (MBEMBE, 2018), que dita quem tem ou não direito à vida e à circulação livre pela cidade. É um sonho também porque quebra com as fronteiras espaço-temporais que separam a Guanabara dos Tupinambás da Guanabara de agora e nos faz lembrar que o futuro é ancestral e que, portanto, é preciso cuidar das feridas do lugar. Conforme nos conta Daniel Munduruku o sonho “é a linguagem comum que o Universo utiliza para nos lembrar de que somos parentes de todos os seres vivos que habitam conosco este planeta” (MUNDURUKU, 2020, p. 54-55).

Na *Teko Haw Maraka'nà* aprendemos a sonhar com os pés no chão: *upuahu iwi i pe* como nos lembra Urutau Guajajara. Sonhar para manter a floresta viva perante a dureza do asfalto da cidade, cuidando da castanheira maranhense e de tantas árvores e plantas medicinais que reexistem também na *Teko Haw*. A luta pelo território é a luta pelo bem-viver coletivo, seja na floresta, seja na cidade. É a luta pela terra e suas memórias soterradas. Sonhar o chão com a Aldeia *Maraka'nà* é fortalecer os sonhos do território, como os mutirões para construção de poço para encontrar água limpa; a feitura do muro para proteger o espaço; o mural de arte indígena; a realização dos encontros e eventos que fortalecem a chama da cultura ancestral. Assim, semeamos o projeto da Universidade Indígena Aldeia *Maraka'nà*, promovendo o encontro de saberes e tecendo elos entre a universidade pública e a universidade indígena.

⁵ A noção de bem-viver para os povos originários do Brasil se refere a indissociabilidade do corpo com o território e com outras formas de vida não-humanas. Para melhor entendimento dessa perspectiva de vida, ver o texto *Caminhos para a cultura do bem-viver*, de Ailton Krenak (2020).

A indígena guatemalteca maya/xinka, Lorena Cabnal (2018), ensina que é preciso criar estratégias coletivas e criativas para desmontar o aparato colonial-patriarcal-capitalista, defendendo o território-terra, assim como o território-corpo para promover uma experiência sanadora das marcas da violência colonial. Acreditamos que revolver os sedimentos do chão, levantando o concreto para terra voltar a respirar, cuidar das feridas da colonização e reflorestar corpos-territórios são pistas para mover as camadas do tempo e lançar flechas de *reencanto* e reparação.

Sonhar o chão⁶ com a Aldeia é a possibilidade de retornar à nutrição dos ciclos da terra, mesmo frente à tantos apagamentos e violências. Conforme a artista e ativista Kaê Guajajara (2020), toda terra é indígena, mas o motivo da invisibilidade nos espaços sociais é fruto do genocídio que ocorre secretamente.

Nessa experiência de sonho coletivo, a Aldeia nos ofertou o *Wira'u Haw*, ritual milenar mantido vivo pela força das guerreiras e guerreiros guardiões da cultura Guajajara.

Wira'u haw Guajajara

Consoante o Instituto Sócio Ambiental (ISA)⁷, os Guajajara ou *Tenetehar* são um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil, habitando cerca de 10 terras indígenas na margem oriental da Amazônia, todas na região central do Maranhão, entre os rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Zutiua, ou *zwtywa*, em ze'egeté, jabuti. Há também uma Aldeia em Brasília, além da forte presença Guajajara na *Teko Haw Maraka'nà* e em outros territórios no Rio de Janeiro. Têm mais de 380 anos de contato com a cultura branca e um histórico de grande resistência. Guajajara significa os donos do cocar.

O *Wira'o haw*, festa do moqueado é um ritual milenar sagrado que celebra a primeira menstruação da menina Guajajara, uma festa de passagem e de proteção do corpo da mulher em formação. Esse ritual acontece em geral

⁶ Sonhar o chão é o nome da pesquisa que desenvolvo desde 2019 com onucleo (Núcleo de Pesquisa, Estudos e Encontros em Dança).

⁷ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guajajara>.

entre os meses de setembro e outubro, mesma época em que o *amanezu*, o algodão, brota, o *zenypaw*, jenipapo, está bom para a pintura, os pássaros procriam e a primavera se anuncia. Nesse momento da menarca, as meninas ficam reclusas na *tapuy*, casa, construída para esse momento, aprendendo com as mais velhas, as *zari*, os cuidados sagrados com o corpo-território até que são apresentadas aos parentes com o anúncio de fogos no céu. Há um canto que diz que, quando o som do fogo faz barulho no céu, quando o vento trazer o som pelo caminho, é o anúncio da saída das *kuzà tein* (meninas) da *tapuy*.

*Aipo mukaw rapu
Iwate re he
Aipo iwitu ipu
la pe rupi
Ahê ahê a hê
hê ahê hê ahê hê ahê
Ahê ahê a hê
hê ahê hê ahê hê ahê*

Foram três dias de festa. No segundo dia à tardinha, elas saíram pela primeira vez da *tapuy*. Esse foi um momento muito especial. Suas peles estavam cobertas por jenipapo. As *zari*, continuavam o ritual. As meninas se sentaram no chão, sob uma esteira, *mihaw*, para não pegar *karuara*, espírito que vem da terra. Como elas estão menstruando pela primeira vez, seus corpos estão mais vulneráveis. Seguravam também um pauzinho de proteção na mão, o *tawary*, feito da canela do pássaro *tururi* enrolado na palha do *tawary*. As *zari* colocaram nelas uma saia rodada, comprida até a altura dos tornozelos, cobriram seus seios com uma plumária branca e colocaram no rosto um ornamento feito de plumárias de pássaros que cobria seus olhos, o *wazaiú* ou *wazaiw*. Segundo *Urutau* (2022), o *wazaiú* é o símbolo maior das meninas na festa do moqueado, tem a mesma força simbólica do cocar e são feitos das plumárias de vários pássaros, como *tukano*, entre outros. As plumárias dos pássaros fortalecem e protegem o corpo. Os cantos, com a força da palavra cantada coletivamente, potencializam a proteção.

As *kuzá tein* em frente a *tapuy* na primeira saída



Fonte: registro feito pela autora, (2022)

Nesse primeiro momento em que as meninas saíram da *tapuy*, as demais pessoas observavam com respeito e silêncio. A partir daí, seguiu uma tarde inteira de cantos e danças. Os pais e irmãos das meninas dançaram com elas, de braços dados, numa cadência que ia para frente em alguns passos, dava meia volta, retornando alguns passos para trás e, novamente, para frente num balanço que lembrava o fluxo das águas. Ao fim do dia, as *kuzá tei*, recolheram-se na *tapuy*, ao passo que as mais velhas continuaram no canto e na batida do maracá a noite toda.

Ao amanhecer do terceiro dia, novamente retornaram os fogos e houve nova saída das meninas, que novamente foram recebidas com cantos e danças. Ao fim, as *zari* passaram no corpo das meninas carne de *kai*, macaco,

um ser muito sagrado para os Guajajara. E, em seguida, foi ofertado a todos um bolinho com carne moqueada de *kai* com farinha. Moquear é um modo tradicional indígena de assar a carne.

▶ O *Wira'ô hawé* é um momento muito sagrado para o povo Guajajara, em que o matriarcado transmite os segredos da cultura, dos cuidados milenares com o corpo território ancestral. Momento em que os encantados vêm dançar em nosso chão.

Este relato é sobre um pouco do que vivenciei com os Guajajara e não pretendem contar, nem dar conta de todos os sentidos da festa. Existem segredos que não são compartilhados. Minha intenção aqui é regar nosso imaginário com outras cosmogonias e saudar a ancestralidade desse povo e a força de reexistência indígena da Aldeia *Maraka'nà*.

Se a colonização opera o massacre do corpo-território, é por meio da manutenção de cuidados ancestrais que podemos sanar as feridas de séculos de genocídio e etnocídio. Se a colonização impõe a migração dos territórios originários, realizar uma festa milenar em uma aldeia em contexto urbano é um grande ato de reexistência.

Na festa que aconteceu em 2022, vieram Guajajara de várias terras indígenas do Maranhão e de Brasília. Essa foi a segunda festa do moqueado na aldeia. A primeira foi da *Mayra*, que significa mãe das águas, filha do meio de *Urutau* e *Poytra*. A festa de 2022 foi da caçula do casal, *Maynumi*, beija-flor, que é um pássaro muito sagrado para os Guajajara. A Universidade Indígena é também chamada de Projeto *Maynumi* e se concretiza na afirmação de modos de viver ancestrais e contra-coloniais (SANTOS, 2021). A Universidade Indígena Aldeia *Maraka'nà* é, assim, uma pluriversidade que quebra o concreto para reflorestar a cidade. É o sonho de nossos ancestrais.

Que *Maynumi* com seu voo veloz e suave desperte em seu corpo-território bons afetos por esse povo guerreiro que sonha com os pés no chão: *upuahu iwi i pe*.

Bibliografia

- ALDEIA MARACANÃ/Aldeia Maraka'nà - Aldeia Rexiste. Rio de Janeiro: [s. n.], 22 fev. 2019. 1 vídeo (4 min 32 s). Publicado pelo canal Aldeia Maraka'nà. Disponível em: <https://youtu.be/TSWMCvDz9ms>. Acesso em: 18 maio 2023.
- BRASIL. Portaria Normativa AGU nº 82, de 20 de janeiro de 2023. Institui Grupo de Trabalho no âmbito da Advocacia Geral da União, com a finalidade de obter subsídios e contribuições das organizações da sociedade civil e dos poderes públicos para auxiliar na elaboração da regulamentação da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/Tikinet/Downloads/Portaria%20GM-MS%20n%C2%BA%2028,%20de%2020%20de%20janeiro%20de%202023.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.
- CABNAL, Lorena. Sanación, bem-viver e a rede da vida. In: INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL. Outras Economias: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2018.
- GUAJAJARA, Kaê. Descomplicando com Kaê Guajajara: o que você precisa saber sobre os povos originários e como ajudar na luta anti-racista. Rio de Janeiro: Azuruhu, 2020.
- GUAJAJARA, Potira Krikati; GUAJAJARA, Urutau. Tentehar muze'eg uze'eg ze'egar haw a'e: cantos e encantos. Rio de Janeiro: Aldeia Maracanã: Cesac: I-motirô, 2022.
- KAMBEBA, Márcia Wayna. Ay Kakyri tama: eu moro na cidade. São Paulo: Pólen, 2018.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. Caminhos para a cultura do bem-viver. Rio de Janeiro: Escola Parque, 2020.
- KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1, 2018.
- MUNDURUKU, Daniel. Mundurukando. Sobre saberes e utopias. Lorena: Uk'a, 2020. v. 1.
- NUÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. *ClimaCom*, Campinas, v. 8, n. 21, p. 1-8, 2021.
- PACHAMAMA, Aline Rochedo. Guerreiras. Rio de Janeiro: Pachamama, 2018.

- POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara. Rio de Janeiro: Grumin, 2018.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília, DF: Ayó, 2021.
- SILVA. Rafael Freitas da. O Rio antes do Rio. Belo Horizonte: Relicário, 2019.
- TAVARES, Inara do Nascimento. Terra, água e sementes: do corpo território das mulheres indígenas a uma concepção de soberania alimentar. In: LIMA, Aline Alves de; QUEIROZ, Ana Luisa; DORNELAS, Rafaela Silva; SCHOTTZ, Vanessa (org.). Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundos possíveis. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2019. p. 57-65.
- URUTAU - Resistência Maraka'nã. Rio de Janeiro: [s. n.], 27 mar. 2021. 1 vídeo (86 min). Publicado pelo canal Urutau. Disponível em: <https://youtu.be/QGU2qA3pjz4>. Acesso em: 18 maio 2023.
- VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. Abya Yala! Genocídio, Resistência e Sobrevivência dos Povos Originários das Américas. Rio de Janeiro: Bambual, 2021.